

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Da Obsolescência da Frota Própria: Atualmente, a frota de veículos de representação do Ministério Público de Sergipe (MPSE) é composta por unidades com tempo médio de uso superior a 10 (dez) anos. Tal longevidade resulta em um estado de obsolescência técnica e mecânica, elevando exponencialmente os custos com manutenção corretiva e reduzindo a disponibilidade dos ativos para as atividades finalísticas da instituição.

1.2. Da Insuficiência do Modelo Transicional de Locação: No exercício de 2025, ante a limitação de saldo orçamentário para investimentos de capital, optou-se pela locação de 4 (quatro) veículos como solução de contingência. Contudo, tal medida, embora tenha mitigado o problema imediato, não resolve o déficit estrutural de transporte para a Administração Superior, permanecendo a carência de mais 11 (onze) unidades para atender integralmente ao colégio de Procuradores de Justiça e às demandas de deslocamento para as Promotorias de Justiça no interior do Estado.

1.3. Da Mudança de Estratégia (Locação vs. Aquisição): Com a previsão orçamentária favorável para o biênio 2026-2027, a Administração identificou a necessidade de migrar do regime de despesa corrente (locação) para o regime de investimento em capital (aquisição). Esta mudança fundamenta-se na busca pela eficiência administrativa, uma vez que a aquisição definitiva:

- a) incorpora ativos ao patrimônio do Ministério Público de Sergipe;
- b) garante a autonomia plena sobre o uso e a customização de segurança dos veículos, sem as restrições contratuais de quilometragem e devolução inerentes aos contratos de locação.

1.4. Da Segurança e Representatividade: O transporte de membros da Administração Superior exige veículos que ofereçam padrões rigorosos de segurança passiva e ativa, além de confiabilidade mecânica para viagens interestaduais e intermunicipais de longa distância. A aquisição de veículos zero-quilômetro, equipados com modernas tecnologias de assistência à condução e segurança (mínimo de 4 airbags e sistemas de estabilidade), é indispensável para salvaguardar a integridade física dos membros e garantir a celeridade institucional.

1.5. Do Alinhamento Estratégico: A presente contratação está em estrita consonância com o Planejamento Estratégico do MPSE, visando o aparelhamento das unidades administrativas para o cumprimento das funções constitucionais da instituição, promovendo a renovação da frota com critérios de economicidade, modernidade e sustentabilidade operacional.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2. PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DO PLANO ANUAL

2.1. A presente contratação está prevista no planejamento orçamentário da Instituição.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deve atender a todos os requisitos constantes no Termo de Referência e seus anexos, principalmente no que tange às exigências relativas à descrição dos itens e modelo de execução do contrato, bem como o disposto em Edital e contrato.

3.2. Os veículos devem possuir os equipamentos obrigatórios e atender ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei Federal nº 9.503/1997 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização.

3.3. A contratação deverá exigir a obediência aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal.

3.4. A contratação deverá exigir a obediência aos requisitos de qualificação técnica, devendo os veículos, objeto da pretensa contratação, possuírem minimamente as seguintes especificações:

3.4.1. Data de fabricação/modelo: 2025/2026 ou superior, Cor: Pintura na cor Preta original de fábrica; Quatro portas laterais e uma traseira; Potência Mínima: 109 Cv; Combustível: Flex (álcool/gasolina); Direção: Elétrica ou hidráulica; Câmbio: automático com no mínimo de 05 (cinco) marchas a frente e 01(uma) marcha a ré; Entre-eixos mínimo: 2.620 mm; Sistema Multimídia com som; Sensor de estacionamento no mínimo traseiro e original de fábrica; Air Bags: mínimo de 04 (quatro); Banco do motorista com regulagem de altura e distância; Freios ABS; Volume mínimo do Porta-malas: 440 L; Travas Automáticas das portas; Vidros elétricos dianteiros e traseiros originais de fábrica; Alarme Anti-Furto; Ar-Condicionado original de fábrica; Rodas de Liga leve; Jogo de tapetes; Películas nos vidros escurecida com transparência mínima de 75%, dentro dos parâmetros do CONTRAN; Todos os itens de série e equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN que não foram especificados, garantia de fábrica de no mínimo 3(três) anos.

3.4.2. A exigência de entre-eixos mínimo de 2.620 mm fundamenta-se em critérios técnicos de conforto, ergonomia e acessibilidade, definidos a partir da experiência institucional na utilização de veículos anteriormente adquiridos.

3.4.2.1. O público-alvo da contratação é composto por Procuradores de Justiça, em sua maioria em faixa etária mais elevada, havendo inclusive membros com limitações de mobilidade. Veículos com maior entre-eixos proporcionam melhor distribuição interna de espaço, ampliam a área para acomodação dos ocupantes e facilitam o acesso e a saída do veículo, reduzindo esforços físicos e promovendo maior segurança e conforto durante o embarque, desembarque e deslocamentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3.4.2.2. Assim, a especificação não possui caráter restritivo, mas visa assegurar condições adequadas de uso, alinhadas às necessidades reais dos usuários e aos princípios da eficiência e da razoabilidade na definição das características técnicas do objeto.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A quantidade de 11 (onze) veículos tipo sedan foi definida com base na necessidade de suprir a carência de transporte institucional para os membros que ocupam cargos na Administração Superior e demais Procuradores de Justiça.

4.2. O quantitativo visa garantir que os membros disponham de meios seguros e adequados para deslocamentos institucionais, especialmente no atendimento às demandas das Subsedes e Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado.

4.3. Esta estimativa considera a transição do modelo de locação atual (que atende 4 veículos) para um modelo de frota própria ampliada, visando a autonomia operacional da instituição a longo prazo.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A partir do quantitativo estudado em atendimento à unidade requisitante e aos parâmetros obtidos através das pesquisas de preços realizadas no presente estudo, segue estimativa do valor de aquisição conforme exposto na tabela abaixo:

Marca/Modelo	Quantitativo	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Nissan Versa Sense CVT	11	R\$ 117.990,00	R\$ 1.297.890,00
VW Virtus TSI automático	11	R\$ 132.890,00	R\$ 1.461.790,00
Toyota Corolla	11	R\$ 175.310,00	R\$ 1.928.410,00

5.2. Consulta a contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas

5.2.1. Foram realizadas pesquisas no que tange à aquisição em questão no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública no estado de Sergipe, com o objeto de verificar as soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo. Para tanto, conforme quadro a seguir, observa-se que vários órgãos adotam a estratégia de contratação do serviço em questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Órgão	Identificação da Contratação	Data	Empresa Vencedora	Objeto	Valor Unitário do Veículo
TRT 3ª R.	ARP nº 030/2024 ¹	09/07/2024	JJM AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA	Virtus Exclusive 250 TSI 2024/2024	R\$ 145.600,00
TCE/PE	Contrato TC nº 006/2025 ²	19/03/2025	EUROVIA AUTOMOVEIS E UTILITARIOS S.A.	Nissan Versa Sense	R\$ 131.995,00
TJMSP	Contrato TJMSP nº 020/2025 ³	17/12/2025	TOYOTA DO BRASIL LTDA	Corolla XEI	R\$ 188.000,00
TRE/RS	Contrato n. 112/2024 ⁴	30/12/2024	TOYOTA DO BRASIL LTDA	Corolla XEI	R\$ 155.300,00

5.3. Das soluções de mercado

5.3.1. Destacam-se como soluções possíveis ao atendimento das demandas do Ministério Público, relacionadas ao deslocamento de Membros deste órgão, as relacionadas abaixo:

Solução 1: Aquisição de veículos (frota própria);

Solução 2: Locação de veículos sem motorista;

Solução 3: Locação de veículos com motorista.

Critério de Análise	Solução 1: Aquisição (Frota Própria)	Solução 2: Locação sem Motorista	Solução 3: Locação com Motorista
Natureza do Gasto	Investimento (Capital)	Custeio (Despesa Corrente)	Custeio (Serviço Terceirizado)
Impacto Patrimonial	Incorporação de Ativo Relevante	Inexistente (Custo a Fundo Perdido)	Inexistente (Custo Elevado)
Autonomia Operacional	Total e Incondicional	Limitada por Contrato/Km	Baixa (Dependência de Terceiros)
Valor Residual	Recuperável via	Zero	Zero

1 ARP nº 030/2024

2 Contrato TC nº 006/2025

3 Contrato TJMSP nº 020/2025

4 Contrato n. 112/2024



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	Leilão/Revenda		
--	----------------	--	--

5.3.2. Análise Detalhada e Defesa da Tese (Solução 1)

a. Recuperação de Capital e Valor Residual (Argumento Patrimonial)

Diferente da locação, onde 100% do recurso despendido é consumido pelo serviço, a aquisição permite a recuperação de parte do investimento. Ao final de 5 anos, estima-se que os 11 veículos Sedan, mantidos sob o padrão de conservação do MPSE, possuam um valor residual de revenda de aproximadamente 40%⁵ do valor histórico. Esse montante retorna ao erário, viabilizando o aporte inicial para a próxima renovação de frota. Na locação, após 60 meses, o órgão despendeu o equivalente ao valor de dois carros novos por unidade locada e permanece sem patrimônio algum.

b. Ponto de Equilíbrio Econômico (Argumento Financeiro)

Estudos dos mais variados órgãos⁶ como o demonstram que, para perfis de uso institucional onde a quilometragem mensal é moderada e controlada (como o caso dos Gabinetes de Procuradores), o Break-Even Point (ponto de equilíbrio) entre locação e aquisição ocorre entre o 38º e o 42º mês. Dado que o MPSE possui um histórico de retenção de veículos por períodos superiores a 6 anos, a aquisição torna-se matematicamente superior à locação a partir do quarto ano de uso.

c. Redução da Complexidade de Gestão de Contratos (Argumento Administrativo)

A Solução 3 (Locação com Motorista) apresenta o maior custo unitário e elevado risco trabalhista subsidiário, além de ferir a autonomia institucional em deslocamentos de representação. Já a Solução 2 (Locação sem Motorista) exige fiscalização rigorosa de contratos, medições de quilometragem, vistorias constantes na entrega/devolução e gestão de faturas mensais. A Solução 1 (Aquisição), por sua vez, simplifica o fluxo administrativo: uma única licitação, recebimento definitivo e gestão direta via Setor de Transportes, eliminando a dependência de disponibilidade de frota da locadora.

d. Flexibilidade e Disponibilidade Integral (Argumento Operacional)

5 A estimativa do valor residual dos ativos para o cálculo de viabilidade econômica baseia-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no histórico de alienações de bens móveis da Administração Pública. Considerando a curva de depreciação de mercado (Tabela FIPE) para veículos da categoria Sedan com 5 anos de uso, estima-se um valor residual conservador de 40% do valor de aquisição. Este montante, a ser recuperado futuramente via leilão público, reduz o custo efetivo da propriedade, tornando a Solução 1 (Aquisição) financeiramente superior à locação, que apresenta valor residual nulo para o erário ao final do contrato.

6 https://drive.google.com/file/d/1Dm0_oVPatz8vtaWwJW-AgsSyBI-h0tJ/view?usp=sharing
<https://drive.google.com/file/d/1Z3KpbmzTOYftrGyZodchgVt9tBBCwK03/view?usp=sharing>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Veículos de representação para Procuradores de Justiça exigem prontidão para missões institucionais a qualquer hora e local, inclusive fora do estado de Sergipe. Veículos locados frequentemente possuem restrições geográficas de cobertura de seguro ou exigências burocráticas para deslocamentos interestaduais. A frota própria garante ao MPSE a liberdade de mobilização imediata sem entraves contratuais com terceiros.

5.3.3. Da Disponibilidade Financeira e Estrutura Operacional Pré-existente

Ressalte-se que o Ministério Público de Sergipe possui, no presente exercício, programação financeira e disponibilidade orçamentária específica para a referida aquisição de capital. Sob a ótica da gestão fiscal, o desembolso imediato para a compra de ativos revela-se mais vantajoso que o comprometimento plurianual de receitas correntes com aluguéis, evitando a incidência de taxas de administração e lucros embutidos nas mensalidades das locadoras.

Ademais, a escolha pela Solução 1 (Aquisição) é tecnicamente amparada pelo fato de o MPSE já deter toda a infraestrutura necessária para a gestão da frota própria. A instituição possui contratos vigentes de fornecimento de combustível e, primordialmente, já conta em seu quadro com mão de obra própria de motoristas, devidamente treinados e vinculados à estrutura administrativa. Portanto, a opção pela locação (Soluções 2 ou 3) representaria uma redundância de custos operacionais e um subaproveitamento dos recursos humanos e logísticos já consolidados no órgão.

5.4. Conclusões do levantamento do mercado

5.4.1. Ante o exposto, a Solução 1: Aquisição de Veículos é a que melhor atende ao interesse público por ser a única capaz de conciliar o fortalecimento do patrimônio estatal com a eficiência orçamentária de longo prazo, apresentando-se como a opção de menor custo global para o ciclo de vida pretendido.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução escolhida para o atendimento da demanda institucional consiste na aquisição definitiva de 11 (onze) veículos automotores novos, de primeiro emplacamento (zero-quilômetro), com configuração de carroceria tipo sedan. Esta escolha fundamenta-se na necessidade de prover o Ministério Público de Sergipe com ativos que garantam a mobilidade segura e condizente com as funções de representação da Administração Superior e dos Procuradores de Justiça, assegurando a continuidade dos serviços prestados à sociedade sergipana.

6.2. A solução não se limita meramente ao fornecimento dos bens móveis, mas compreende um pacote logístico e de garantias que visa a pronta operacionalidade da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

frota. Nesse sentido, os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados em nome da instituição, livres de quaisquer encargos tributários ou administrativos. Além disso, a proposta vencedora deverá contemplar a inclusão de acessórios essenciais de conforto e segurança, como a instalação de películas de proteção solar dentro dos limites normativos estabelecidos pelo CONTRAN e o fornecimento de jogos de tapetes originais, garantindo a padronização e a preservação do habitáculo dos automóveis desde o primeiro dia de uso.

6.3. Do ponto de vista da sustentabilidade e da manutenção do ativo, a solução integra a cobertura de garantia integral de fábrica por um período mínimo de 3 (três) anos. Tal requisito é estratégico para a Administração, pois transfere ao fornecedor a responsabilidade por eventuais vícios ocultos ou defeitos de fabricação, minimizando custos extraordinários de manutenção corretiva no primeiro triênio de utilização. A rede de assistência técnica autorizada deverá obrigatoriamente possuir capilaridade no Estado de Sergipe, garantindo que as revisões periódicas preventivas — necessárias para a manutenção da garantia — sejam realizadas sem o ônus de grandes deslocamentos da frota.

6.4. Operacionalmente, a gestão dos veículos será integrada à estrutura logística já consolidada do Ministério Público de Sergipe. A Administração aproveitará os contratos de fornecimento de combustíveis atualmente vigentes, bem como o seu quadro de motoristas profissionais já qualificados, o que otimiza a curva de aprendizado e reduz o impacto administrativo da inserção de novos modelos na frota. Com essa abordagem, o órgão deixa de depender de serviços externos de locação, consolidando uma frota própria de alta performance, dotada de tecnologias de segurança ativa e passiva que elevam o padrão de proteção dos membros em deslocamentos intermunicipais e interestaduais.

6.5. Ao optar pela aquisição integral em lote único, a solução busca ainda a padronização técnica da frota de representação. Tal uniformidade facilita o controle patrimonial, a gestão de peças de reposição e o treinamento dos condutores, além de conferir uma identidade visual sóbria e institucional à frota do MPSE, condizente com a seriedade das funções por ele exercidas.

6.6. A solução será viabilizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta escolha justifica-se pela possibilidade de aquisição escalonada dos veículos, permitindo uma gestão financeira mais eficiente e garantindo que o Ministério Público de Sergipe possa convocar o fornecedor para a entrega das unidades conforme a liberação de cotas orçamentárias e o cronograma de renovação da frota, sem a obrigatoriedade de desembolso total imediato, mas com preços já registrados e fixados em ata.

7. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

7.1. A aquisição dos 11 veículos visa alcançar resultados estratégicos baseados nos princípios da eficiência e da economicidade, destacando-se:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.2. Disponibilidade e Confiabilidade: Garantir que 100% da frota de representação esteja em condições imediatas de uso, eliminando as frequentes paralisações para manutenção corretiva que ocorrem na frota antiga e assegurando o atendimento célere das demandas institucionais.

7.3. Redução de Custos de Custeio: Promover a diminuição drástica nos gastos com reparos mecânicos e substituição de peças, uma vez que os veículos novos estarão sob proteção de garantia de fábrica e demandarão apenas manutenções preventivas programadas.

7.4. Segurança Institucional: Incrementar o padrão de proteção passiva e ativa para os membros da Administração Superior, mediante a utilização de tecnologias modernas de segurança (como airbags adicionais e controles de estabilidade), fundamentais para deslocamentos em rodovias.

7.5. Eficiência Orçamentária e Patrimonial: Transformar o gasto público em investimento de capital, incorporando bens ao patrimônio do MPSE. O resultado pretendido é a otimização do ciclo de vida do ativo, que mantém valor de revenda considerável ao final do período de uso, ao contrário do modelo de locação.

7.6. Padronização e Imagem: Estabelecer uma identidade visual sóbria e uniforme para a frota de representação, facilitando o controle administrativo e conferindo a dignidade adequada aos deslocamentos oficiais da instituição.

8. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO E OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Para a contratação pretendida, não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

9.1. A presente contratação é interdependente dos contratos vigentes de fornecimento de combustível, aquisição de pneus e manutenção corretiva (caso fora da garantia), bem como do aproveitamento da mão de obra própria de condutores já existente no quadro do MPSE.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Em observância ao §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Administração optou pelo não parcelamento do objeto, decidindo pela contratação em lote único para a aquisição dos 11 (onze) veículos.

10.2. Economia de Escala: O agrupamento da demanda em um único lote potencializa o poder de negociação do Ministério Público de Sergipe junto ao mercado automotivo. A aquisição em volume permite a obtenção de descontos significativos sobre o preço



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

de tabela, resultando em um valor unitário inferior ao que seria obtido em compras fragmentadas ou individuais.

10.3. Padronização e Eficiência logística: A aquisição de veículos de um mesmo modelo e fabricante é tecnicamente recomendável para garantir a uniformidade da frota. A padronização facilita a gestão administrativa, simplifica o treinamento dos condutores e otimiza a manutenção futura, permitindo a intercambialidade de acessórios e a concentração de revisões em uma única rede de assistência técnica autorizada.

10.4. Celeridade e Economia Processual: A realização de um único certame licitatório reduz os custos administrativos operacionais (publicações, mobilização de comissão de contratação e análise documental), além de mitigar o risco de múltiplas contratações com prazos de entrega e condições de garantia distintas, o que geraria uma carga de fiscalização excessiva e ineficiente para o Setor de Transportes.

10.5. Viabilidade de Mercado: O mercado de veículos sedan é amplamente competitivo e estruturado. Diversas montadoras e concessionárias possuem plena capacidade de fornecer as 11 unidades simultaneamente sem prejuízo à competitividade, não havendo, portanto, barreira técnica que justifique o parcelamento do lote para viabilizar a participação de pequenos fornecedores.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. A pretensa contratação está alinhada às boas práticas de sustentabilidade, visto que a aquisição de veículos novos, que atendam aos limites máximos de emissão de poluentes, está de acordo com o Programa de Controle da poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE P7, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

11.2. Preferencialmente, os veículos deverão ser dotados de tecnologia que faculte a diminuição da emissão de gases e/ou substâncias poluentes, estando em conformidade com a promoção da sustentabilidade, uma vez que, dentre outros fatores, contribuirá para a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. Com base em todo o exposto no presente ETP, sobretudo na descrição da necessidade e na solução apontada, e tendo em vista a sua inclusão no planejamento orçamentário do Órgão, entende-se pela viabilidade da presente contratação sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário.

Aracaju/SE, 20 de fevereiro de 2026.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Paulo José de Freitas Filho

Diretor Administrativo

Integrante Requisitante

Ulisses Gomes de Andrade

Assessor do Diretor Administrativo / Responsável pelo Setor de Transporte

Integrante Técnico